

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.861 - MS (2019/0005185-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : FERNANDO CORRENTE DA SILVA
ADVOGADO : ROSA LUIZA DE SOUZA CARVALHO - MS005542
AGRAVADO : NILVA CORRENTE DA SILVA
ADVOGADO : CÍCERO ALVES DE LIMA E OUTRO(S) - MS014209

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do NCPC) interposto por FERNANDO CORRENTE DA SILVA contra decisão que não admitiu recurso especial manejado com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

O apelo nobre desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, assim ementado (fl. 140, e-STJ):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO POSSESSÓRIA – INDEFERIMENTO DE PROVA ORAL – DEFERIMENTO ANTERIOR – PROCESSO FÍSICO – FORMAÇÃO DO RECURSO – OBRIGAÇÃO DA PARTE RECORRENTE – CONCESSÃO DE PRAZO PARA COMPLEMENTAÇÃO – PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 932 DO CPC – INÉRCIA DO RECORRENTE – PRECLUSÃO TEMPORAL – REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE NÃO PREENCHIDO – NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO – GRATUIDADE DA JUSTIÇA DEFERIDA – COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA – RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

O Código de Processo Civil estabelece prazo para o recorrente complementar a documentação exigível no recurso, para viabilizar sua admissibilidade.

Não sanado o vício no prazo legal, e sendo ele indispensável para a análise da pretensão de reforma constante do recurso, preclusa esta a providência. Recurso inadmissível.

Comprovada a hipossuficiência, defere-se a gratuidade da justiça pretendida.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 146-158, e-STJ), o insurgente apontou violação ao art. 1.017, I e III, do NCPC, além do dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que estavam presentes os documentos necessários ao conhecimento do agravo de instrumento interposto perante a Corte local, incorrendo em equívoco o acórdão estadual que não conheceu do referido reclamo.

Sem contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 163-165, e-STJ), dando ensejo na interposição do presente agravo (fls. 167-178, e-STJ).

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Quanto à vulneração ao art. 1.017, I e III, do NCPC, o Tribunal local, com base nos elementos constantes do agravo de instrumento, reputou insuficiente a documentação encartada nos autos, sobretudo por se tratar de processo sem digitalização, de modo que franqueou o prazo legal para regularização, consoante o art. 932, parágrafo único, do NCPC, o qual acabou por transcorrer *in albis*.

Confira-se trecho do acórdão recorrido:

O agravante interpôs recurso visando reformar a decisão que indeferiu pedido de oitiva de testemunhas, formulado na ação de reintegração de posse que litiga com a agravada. Requereu o deferimento da gratuidade da justiça.

Por ser o processo na origem físico, constatei sua formação insuficiente, razão porque proferi a seguinte decisão:

I – O agravante solicitou que lhe fosse concedida a gratuidade da justiça, fundamentando seu pedido no fato de não reunir condições de arcar com os ônus processuais. No entanto, não trouxe para os autos provas de que se enquadra no conceito de miserabilidade jurídica.

II – Por outro lado, nas razões do recurso ora interposto, o agravante sustenta que "(...) não poderia ter sido indeferida pelo Juízo a oitiva das testemunhas se o mesmo já havia deferido anteriormente, haja vista realização de audiência de justificação, com oitiva das testemunhas naquela oportunidade" (f. 9). Os documentos que formaram o instrumento do recurso, contudo, não permitem analisar na sua completude a pretensão de reforma do decisum, notadamente por serem físicos os autos originários.

Dispõe o § 3º do artigo 1.017 do CPC que "Na falta da cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator aplicar o disposto no art. 932, parágrafo único". Já o artigo 932, parágrafo único, desse mesmo diploma legal, estabelece que "Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível".

Desta forma, intime-se o agravante para as seguintes providências, no prazo de (5) cinco dias úteis: a) nos termos do art. 99, caput e § 2º, do CPC, comprovar a alegada hipossuficiência econômica, através da juntada de suas 02 (duas) últimas declarações de imposto de renda (completas), eventuais extratos bancários, se for o caso, para o exame do pedido de gratuidade, além da declaração pessoal de ser ou não possuidor de bens móveis, imóveis ou semoventes; e b) juntar nos autos a documentação necessária à exata análise da pretensão nestes autos formulada, sob pena de inadmissibilidade do recurso; e c) para, também, nos termos do art. 932, parágrafo único, do CPC, justificar a hipótese de cabimento do presente recurso, porquanto não previsto no rol do artigo 1.015 do CPC. (f. 60).

No prazo assinalado o recorrente, reportando-se à decisão acima referida, fez a juntada dos documentos que comprovam a necessidade da gratuidade judiciária (f. 62), tais como: holerite (f. 63), conta de consumo de água (f. 64) e das dívidas que possui (f. 65-67), olvidando-se, por outro lado, de complementar a documentação exigível, tal como determinado.

Diante da inércia do recorrente adotei a providência que me cabia, contida

no inc. III do art. 932 do CPC, negativa de seguimento, com a seguinte digressão:

Fernando Corrente da Silva agrava da decisão proferida pelo juízo da 14ª vara cível de competência residual da comarca de Campo Grande que, nos autos da ação de reintegração de posse ajuizada por Nilva Corrente da Silva, indeferiu o pedido de oitiva das testemunhas por si arroladas e declarou precluso o seu direito de prova testemunhal.

Em suas razões o agravante sustenta que o juízo singular não poderia ter indeferido a oitiva de testemunhas antes de designar data para a realização da audiência de instrução e julgamento.

Alega que, no dia 15/05/2017, arrolou testemunhas para serem ouvidas em audiência ainda não designada e informou que elas compareceriam independentemente de intimação, mas o juiz indeferiu a produção da referida prova sob o argumento de que o rol foi apresentado de forma intempestiva.

Aduz ter havido preclusão pro judicato, pois o magistrado a quo já havia deferido a oitiva anteriormente, haja vista a realização de audiência de justificação, sendo que, em oportunidade, pronunciou-se acerca do interesse na produção de prova oral.

Assevera que, não havendo prejuízo para qualquer das partes, não haveria motivo para o juízo singular indeferir a oitiva das testemunhas arroladas.

Por fim, defende ser patente o prejuízo a si causado, pois a prolação da sentença sem a realização da prova testemunhal violará os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Requeru a concessão de efeito suspensivo ao recurso e, ao final, seu provimento para que seja reformada a decisão recorrida.

Instruiu o agravo com os documentos de f. 16-57.

Foi determinado ao agravante que trouxesse para os autos documentos que atestassem sua hipossuficiência econômica, bem como a documentação necessária à exata análise da pretensão formulada, sob pena de inadmissibilidade do recurso, e que justificasse a hipótese de cabimento do presente agravo de instrumento (f. 60).

À f. 62 o agravante manifestou-se nos autos requerendo "(...) a juntada dos documentos que comprovam sua necessidade da gratuidade judiciária".

Pois bem. Conforme se observa, o agravante não cumpriu na íntegra o despacho de f. 60, notadamente a juntada das peças necessárias à exata análise da pretensão nestes autos formulada, o que impõe seja negado seguimento ao recurso.

Como visto, o recorrente pretende obter a reforma da decisão que indeferiu o pedido de produção de prova testemunhal formulado; os documentos que formaram o instrumento do recurso, contudo, não permitem analisar na sua completude a pretensão de reforma do decisor, notadamente por serem físicos os autos originários.

Com efeito, não há nos autos deste agravo quaisquer peças que permitam vislumbrar os atos praticados no juízo a quo relativamente à produção de provas para a instrução processual, apenas cópia da inicial (f. 16-27), dos documentos que a instruíram (f. 28-42) e da contestação (f. 43-52), que não se prestam para tal fim.

Não complementada a documentação necessária para o julgamento do recurso, portanto, há de se declarar sua inadmissibilidade e, consequentemente, negar-lhe seguimento.

Posto isso, nos termos do art. 1.017, I e III, c/c art 932, inciso III, 1ª figura, todos do CPC, nego seguimento ao recurso, diante de sua manifesta inadmissibilidade. (f. 69-70).

O agravante diz ser inadequada a decisão e postulou a retratação ou julgamento pelo Colegiado.

Sem razão o agravante.

O art. 1.017 do CPC dispõe:

Art. 1.017. A petição de agravo de instrumento será instruída:

I – obrigatoriamente, com cópias da petição inicial, da contestação, a petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado.

II – com declaração de inexistência de qualquer dos documentos referidos no inciso I, feita pelo advogado do agravante, sob pena de sua responsabilidade pessoal;

III – facultativamente, com outras peças que o agravante reputar úteis.

...

§ 3º Na falta de cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator aplicar o disposto no art. 932, parágrafo único.

Trata-se de norma cogente. No caput do art. 1.017 contém o predicativo será, querendo com isso deixar ressaltado que a interposição do recurso tem determinada condição ou situação, para que possa ser admitido.

A desnecessidade da juntada das peças dar-se-ia caso os autos do processo, na origem, fossem eletrônicos (§ 5º, 1.017, CPC). Não é o caso do processo na origem.

Inconsistente o argumento do agravante de que o prazo in casu é de 15 dias, previsto no inciso I do art. 1.019 do CPC. O dispositivo em questão é direcionado ao *ex adverso*, para apresentação da peça de defesa e documentos.

Ao recorrente, para sanar vício ou complementar documentação, o prazo é de 5 (cinco) dias. Trata-se de prazo legal e a inércia implica na preclusão temporal. Cabia ao agravante apresentar os documentos no prazo assinalado. A omissão inviabilizou análise na sua completude a pretensão, razão porque não há se falar em retratação.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC e na Súmula 568 do STJ, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

